

Introdução

Todo programa de governo parte de pressupostos: qual é a visão de cidade, da política e das necessidades da população. Este documento reúne as principais diretrizes e propostas da coligação VivaCidade, liderada pelos candidatos Elson Pereira, prefeito, e Fábio Botelho, vice. Trazemos aqui o que consideramos de melhor para a nossa querida Florianópolis.

Este programa é fruto de debates, seminários e contribuições de dezenas de pessoas: especialistas, ativistas, técnicos e profissionais de cada área, com o objetivo de extrair o que há de melhor do pensamento crítico de nossa cidade para podermos transformá-la. Não é um documento fechado ou doutrinário, mas sim, aberto, participativo, passível de críticas e de ajustes, em diálogo permanente com a sociedade. Não é um programa “cartilha”, que pressupõe uma hierarquia entre os que “pensam” e os que “fazem”. É um programa-movimento, com o objetivo de executar profundas transformações em nossa cidade de maneira democrática e participativa.

Por isso, convidamos todas e todos a conhecer este documento, debatê-lo com seus amigos, vizinhos, colegas de trabalho, para que possamos, junto com Elson, promover as mudanças que a nossa cidade precisa e sonha.

Por que estamos juntos

Em tempos de crise e de descontentamento geral com a política, há de se perguntar: por que ter esperança? Sabemos que a deterioração da política e dos partidos políticos afasta cada vez mais as pessoas. E entendemos esse sentimento. Ninguém quer participar de algo viciado, fisiológico, corrupto. Mas entendemos também que, quanto mais os bons se afastam da política, mais o território fica livre para os corruptos que sempre governaram nossa cidade e nosso país.

Por isso, os partidos que compõem a Coligação VivaCidade trazem algo em comum. Em nível local, o PSOL, o PV e a Rede colocaram-se nos últimos quatro anos como oposição ao governo de César Souza Jr. e às oligarquias que tentam retornar à administração municipal.

Já em nível nacional, estes partidos compõem um campo independente no Congresso Nacional, que não apoiou nem o governo Dilma Rousseff, tampouco, o governo interino de Michel Temer. PSOL, PV e Rede trazem em comum o desejo por um novo sistema político, o combate à corrupção, o respeito à diversidade, à ecologia e às pessoas. Contamos ainda com o apoio de organizações sem registro eleitoral, como as Brigadas Populares, Polo Comunista Luís Carlos Prestes e a Esquerda Marxista, que possuem importante atuação nos movimentos de moradia, sindical, de educação, segurança pública, de juventude, entre outros.

Aqui em Florianópolis, o que nos unifica, para além destas características, é este programa de governo, debatido e construído coletivamente com ativistas sociais, especialistas, dirigentes sindicais, técnicos, militantes dos partidos e com a sociedade. É por isso que estamos juntos. Queremos que estas ideias cheguem ao maior número de pessoas, pois podemos, juntos, governar nossa cidade de acordo com os interesses da maioria.

Partido Socialismo e Liberdade

Partido Verde

Rede Sustentabilidade

Polo Comunista Luís Carlos Prestes

Programa de Governo | Coligação **VivaCidade** | PSOL, PV e Rede
Brigadas Populares
Esquerda Marxista

Princípios

A coligação **VivaCidade** estruturou suas propostas de maneira transversal, em quatro eixos. Cada proposta dialoga com todos os eixos e com os princípios descritos abaixo.

Radicalização da democracia

Em pleno século XXI, com a experiência histórica acumulada e com o nível de desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação, com certeza é possível construir uma sociedade que respeite as pessoas e que tenha como princípios orientadores a dignidade humana e a biodiversidade. Precisamos de um sistema econômico e político que una todos os povos e possibilite às pessoas a efetivação completa de seus direitos, erradicando as formas de degradação da condição humana. Com a quantidade atual de riqueza produzida pela sociedade, conviver com moradias precárias e que ameaçam a vida, sem saneamento básico, sem acesso a água tratada, sem segurança alimentar e sem direitos a saúde, à educação com qualidade, e outros, é sem dúvida nenhuma uma ofensa a toda a humanidade.

A construção do protagonismo popular

Em nossa gestão, serão criadas as condições objetivas para o governo ser do povo. Resgatando a experiência do Orçamento Participativo já vivenciado por Florianópolis e à luz de experiências com êxito em outras cidades, como Belém (PA), propomos a realização do Congresso da Cidade, com poderes para planejar o nosso futuro. Esta ferramenta contará com a participação e representação de toda a sociedade, na construção do protagonismo democrático e popular. Transformaremos os conselhos de áreas, hoje meros homologadores dos interesses da gestão, em fóruns de decisões em todas as áreas.

Inversão de prioridades

Historicamente, os governos das elites econômicas trabalham para construir a desigualdade social e a segregação sócio espacial, concentrando os investimentos e alterando legislações para que seus interesses sejam preservados, contrariando os interesses da maioria da sociedade. No nosso governo, inverteremos as prioridades para que toda a população de Florianópolis tenha acesso aos direitos sociais e às políticas públicas com qualidade e protagonismo popular, onde o povo possa decidir verdadeiramente seu destino exercendo a cidadania plena.

Compromisso com a democracia ampliada

Nos governos liberais a democracia é reduzida à participação no processo eleitoral, delegando aos eleitos a condução dos seus interesses. A nossa gestão diz que isso é uma farsa e que a verdadeira democracia só se realiza com a participação plena, sem barreiras.

Defendemos a democracia plena, que verdadeiramente democratize a riqueza e a renda, incentivando a economia solidária; e que democratize o estado, construindo na gestão, as condições objetivas para que o povo governe, incentivando a cultura política da democracia participativa.

Eixos programáticos

Cidade, democracia e participação popular

O Estado deve ser entendido como o resultado complexo do processo social. Não se resume a um espaço de dominação e aparato reprodutor da ordem vigente. Sem negar seu caráter de classe, o apontamos como conquista contraditória da sociedade. A democracia, por sua vez, é um processo que deve alcançar, por princípio, todos os espaços de nossas vidas.

Não queremos apenas um estado democrático. Queremos uma sociedade democrática. Democratizar a escola, democratizar os serviços públicos, democratizar a riqueza, os meios de comunicação, o acesso a cultura, o direito a cidade, democratizar a economia, o poder judiciário, a associação de moradores. É a democratização da vida o nosso verdadeiro objetivo. Não aceitamos discurso democrático sem prática democrática. Devemos desenvolver e aprimorar metodologias de participação popular. A cidadania se efetiva na esfera municipal e atuante do cidadão. A apropriação da cidade não acontece de maneira plena quando circunscrita ao resultado daquilo que é pensado e executado por terceiros. A escolha do que fazer, dos objetivos, do planejamento enquanto ato que precede o preside a ação governamental, é ao mesmo tempo meio e fim. A democracia para nós da Coligação VivaCidade não é apenas um meio para governar melhor, mas também um objetivo a ser consolidado e ampliado cada vez mais. Estaremos sempre empenhados na resolução da distância entre o governo e o cidadão. Para encurtar esta distância, a Prefeitura deve dispor de mecanismos eficientes de transparência de suas ações e de seus recursos; estimular o espaço de fiscalização pelas outras instituições e pelos cidadãos e se abrir para o governo compartilhado com a sociedade.

1. Construir um diagnóstico com a comunidade escolar para identificar os principais pontos que necessitam de atuação de urgência, médio e longo prazo na rede municipal de educação;
2. Realizar o Congresso Municipal da Educação, para se estabelecer a Política Educacional para a Rede Municipal de Ensino;

3. Implementar a educação integral de maneira gradual nas escolas do Ensino Fundamental, ampliando a formação dos/as estudantes para conhecimentos além do currículo estabelecido, como clubinhos de ciência e matemática, grupos de teatro, dança, ateliê de artes visuais, grupos esportivos, agroecológicos, relação com animais, entre outros;
4. Resgatar e atualizar a proposta curricular construída pelos/as professores/as da rede municipal de ensino;
5. Consolidar Conselhos de Escolas em todas as unidades escolares da rede, de modo a democratizar a relação entre a comunidade escolar;
6. Fortalecer a Política de Educação de Jovens e Adultos (EJA);
7. Criar mecanismos de prevenção a precarização do trabalho dos professores;
8. Fortalecer o conselho municipal de educação;
9. Garantir Financiamento Público em Educação como direito humano e com conceito de educação para todas e todos. Pressionar pela meta de do PNE 2014-2024 de investimento de, no mínimo, 10% em educação até o final do decênio;
10. Fortalecer e Ampliar as equipes de saúde da família, com a chamada imediata dos profissionais concursados;
11. Criar plano de médio prazo para que cada unidade do Saúde da Família atenda no máximo 2 mil pessoas, contabilizadas a partir da formação de listas de pacientes;
12. Buscar a Ampliação do horário de atendimento dos centros de saúde, permitindo um maior acesso aos serviços de atenção primária;
13. Ampliar os Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF), dos quais participam diversas profissões da saúde em trabalho multiprofissional;
14. Fortalecer os conselhos locais de saúde, permitindo uma real democratização das pautas da saúde dentro das comunidades;
15. Respeitar os encaminhamentos do conselho municipal de saúde e das conferências municipais de saúde;
16. Promover maior integração entre as Redes de Urgência e Emergência e os Centros de Saúde, com construção de fluxos claros para a população e contra-referência para as equipes na atenção primária;

17. Ampliar a participação do Laboratório de Saúde Pública do Município de Florianópolis (LAMUF) na execução dos serviços laboratoriais, gerando menor dependência da rede e controlar a qualidade de forma rigorosa dos laboratórios e serviços de exames complementares conveniados privada;

18. Buscar alternativas emergenciais para a redução das filas de espera de algumas especialidades, principalmente ortopedia, oftalmologia e nefrologia;

19. Fortalecer a rede enquanto espaço formador de estudantes e residentes em saúde da família e comunidade, bem como fortalecer o vínculo entre a Universidade e as demandas do povo;

20. Priorizar a contratação de profissionais para a rede de atenção primária com especialização em Saúde da Família;

21. Promover campanhas publicitárias nas unidades de saúde em incentivo à medicina preventiva;

22. Promover educação continuada de profissionais de saúde, incluindo residentes em Ginecologia, Obstetrícia e Saúde da Mulher, sobre as necessidades reais das mulheres, seu acolhimento psíquico e físico em casos mais graves;

23. Treinar e instrumentalizar gestoras (es) dos Programas Municipais de Saúde e profissionais da Rede Especializada para incluir em seus programas metas, ações específicas e alocação de recursos direcionados à prevenção das DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais junto à população;

24. Promover campanhas publicitárias sobre parto humanizado;

25. Integrar as Políticas de Segurança Municipais aos Conselhos de Segurança (CONSEGs), buscando uma segurança baseada nas relações de vizinhança;

26. Promover integração entre a Prefeitura – através da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Segurança – com a Polícia Militar no que diz respeito aos conflitos urbanos que envolvam ocupações, usuários de drogas e a população em situação de rua, objetivando mediar e, principalmente, evitar situações de violência institucional desnecessárias;

27. Celebrar convênios com a UFSC e a UDESC nas áreas de Ciências Sociais, Arquitetura, Direito, História, Administração Pública e Antropologia para o desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão na área de políticas

Programa de Governo | Coligação **VivaCidade** | PSOL, PV e Rede urbanas municipais de segurança, contribuindo a Prefeitura com bolsas e infraestrutura;

28. Promover iniciativas nas escolas municipais, a fim de educar para a convivência com as diferenças, prevenindo os crimes de ódio, a violência de gênero, racial, contra pessoas em situação de rua e demais grupos em situação de vulnerabilidade;

29. Criar programas educacionais visando à prevenção de atos infracionais que envolvem crianças e adolescentes, bem como à prevenção ao uso de drogas;

30. Implantar políticas de combate ao assédio sexual, discriminação racial, de gênero, e LGBTfobia;

31. Retomar o papel original da Guarda Municipal, que não deverá ser utilizada como meio para reprimir movimentos sociais e a população em situação de rua, mas sim, para preservação do patrimônio do Município e fiscalização do trânsito;

32. Reordenar a iluminação pública, a fim de evitar a existência de logradouros escuros que exponham pessoas, em especial as mulheres, a riscos de violência;

33. Valorizar o Serviço Público e combater quaisquer tentativas de privatização de serviços e com a ampliação das terceirizações;

34. Realizar auditoria no fundo previdenciária dos servidores municipais, denunciando os desvios e malversação de recursos pelos governos passados;

35. Criar uma política continuada de formação/qualificação, remuneração do servidor público, valorizando a carreira pública formulada em conjunto com a representação dos trabalhadores;

36. Implementar o Planejamento Estratégico de Governo onde deverão ser definidos os indicadores que balizarão e estabelecerão as metas de qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados. Estes indicadores serão construídos com a participação dos servidores;

37. Promover a Justiça Tributária no município através da transparência das contas públicas, e realização de uma ampla reforma tributária;

38. Fortalecer a escala municipal administrativa e buscar organizar, junto aos municípios da macrorregião de Florianópolis, fórum para discutir os repasses e

Programa de Governo | Coligação **VivaCidade** | PSOL, PV e Rede
recursos federais e estaduais, visando novo pacto federativo que garanta os
direitos sociais previstos na constituição;

39. Combater a sonegação e o descumprimento da legislação ambiental e de
posturas públicas;

40. Realizar inventário dos bens públicos da prefeitura – prédios próprios
(administrativos, escolas, creches, NEIS, postos de saúde etc.), maquinário
(carros, máquinas, tratores, caminhões, etc.), sistemas de softwares, entre outros,
de modo a uma melhor eficiência e eficácia da utilização do patrimônio público;

41. Aprimorar, descentralizar, informatizar, dar transparência e facilitar o
acesso dos serviços públicos municipais;

42. Fortalecer a Democracia Participativa através da valorização dos
Conselhos setoriais, garantindo a composição paritária entre o poder público e a
sociedade civil;

43. Revisar e estimular o debate do Plano Municipal do Gerenciamento
Costeiro (PMGC)

Economia, Ecologia e Sustentabilidade

Partilhamos da convicção de que o nosso território é resultado e base da existência e da reprodução da vida. Ele não é algo físico, mas sobretudo relação social determinada e circunstanciada historicamente. Por isso, um campo político de partidos e movimentos sociais precisa assumir a inversão da lógica que preside atualmente a sociedade, ou seja, submeter seu desenvolvimento econômico às necessidades sociais e ambientais. Para este giro ser bem sucedido, é indispensável o conhecimento profundo do território para podermos nos habilitar em administrá-lo democraticamente. Isto deve se refletir em todas as ações sobre o território, tanto dos cidadãos, tanto das empresas privadas, tanto dos governos em suas diversas instâncias. A isto podemos chamar de sustentabilidade socioambiental.

Sendo assim, uma mudança no modo de vida da sociedade deve se estruturar em três dimensões: uma mudança política, para que uma democracia real se incorpore ao viver na cidade; uma mudança econômica no seu sentido produtivista/consumista, regulador maior e determinador de nosso desenvolvimento e ainda, uma mudança cultural em seu sentido amplo, para uma nova relação entre seres humanos e entre os seres humanos com a natureza.

44. Aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), instalando suas instâncias de deliberação e debate com a comunidade;

45. Constituir, ao longo do mandato, o Plano Municipal de Segurança Alimentar, a partir dos critérios já estabelecidos no Sisan;

46. Criar o Programa Alimentação do Trabalhador (PAT) no âmbito do serviço público municipal, com incentivo a alimentação agroecológica;

47. Desenvolver, com o envolvimento da sociedade civil, Políticas Públicas de Conscientização de uma alimentação saudável, privilegiando datas comemorativas como semana do meio ambiente e atividades oficiais da PMF e criando campanhas como Semana Vegana, entre outras;

48. Implementar o Conselho Municipal de Proteção Animal, já aprovado em Lei;

49. Fortalecer a DIBEA (Diretoria do Bem-Estar Animal), estabelecer políticas de controle populacional de animais de rua e incentivar, a partir de campanhas publicitárias, a guarda responsável de animais, desestimulando a criação para comercialização;

50. Desenvolver mecanismos de acolhimento temporário para animais em situação de risco, em parceria com a sociedade civil;

51. Fortalecer Jurídica e Tecnicamente os órgãos ambientais do município e criar Setor Especializado da Procuradoria do Município para questões de direito ambiental, composto por equipes multidisciplinares, atuando administrativa e judicialmente na defesa do meio ambiente;

52. Fortalecer o Poder fiscalizador dos órgãos ambientais e promover iniciativas de conciliação administrativa ambiental para processos, autuações e recuperações de áreas degradadas;

53. Fortalecer a fiscalização e o manejo das unidades de conservação municipais;

54. Desenvolver parcerias com os órgãos responsáveis (estaduais e federais) pelas Unidades de Conservação a que pertencem, visando a integração das ações;

55. Assumir o compromisso de criação da Unidade de Conservação do Morro do Lampião (na modalidade refúgio da vida silvestre) e de outras unidades de conservação demandadas pela Sociedade Civil;

56. Desenvolver o Programa ISS Verde, com tributações diferenciadas para os empreendimentos e negócios ecologicamente equilibrados, sustentáveis e que possuam como atividade fim a melhoria da qualidade ambiental do município;

57. Fortalecer as equipes técnicas de analistas ambientais para garantir a celeridade dos processos, viabilizando empreendimentos e respeitando as exigências ecológicas;

58. Revisar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e a Política Municipal de Saneamento Ambiental;

59. Desenvolver políticas de recuperação de áreas degradadas;

60. Desenvolver, de forma democrática, o planejamento da atividade turística de Florianópolis, submetendo-a ao desenvolvimento da comunidade local, da capacidade de suporte natural e do patrimônio artístico-cultural;

61. Democratizar o turismo planejando e incentivando a implantação de equipamentos turísticos adaptados às diferentes faixas de renda, como campings, hotéis e pousadas de diferentes categorias turísticas;

62. Dar visibilidade e publicidade às diversas atividades culturais desenvolvidas nas comunidades, viabilizando o turismo cultural;

63. Valorizar o patrimônio arquitetônico do município e desenvolver campanhas nas escolas municipais, disseminando o conhecimento histórico e cultural ;

64. Combater a sazonalidade do turismo, promovendo atividades ligadas à cultura fora do verão, buscando equilíbrio do fluxo turístico;

65. Valorizar o espaço público para a promoção de atividades turísticas;

Identidade, Cultura e Direitos Humanos

A sociodiversidade é tão importante quanto a biodiversidade. A lógica estabelecida desconsidera esta importância e faz predominar a segregação e a separação social em detrimento da mistura, da síntese de uma totalidade. A integração e a partilha de culturas é, ao nosso entender, promotora de um estágio civilizatório superior e define o sentido maior de humanidade. É em essência, a negação em ampla escala da senzala e da casa grande. Um governo para estar em sintonia com desafios da contemporaneidade deve atuar de modo a combater as injustiças decorrentes da dissociação do ato de produção que é eminentemente social em relação a apropriação privada do seu resultado. Sem pretendemos atenuar essa contradição, que é inerente ao modo de produção capitalista, agiremos assumidamente na perspectiva da correção desse dinamismo. Produção social e apropriação social. A assistência social, desde que combinada com o fortalecimento das identidades culturais, criação de práticas solidárias de produção e consumo, reforçada com elementos organizativos emancipatórios e produção de consciência fraterna, deverá assumir centralidade. Neste caso, o Estado cumpre papel decisivo na execução de políticas públicas e na garantia de direitos. A Coligação VivaCidade compreende a necessidade de políticas específicas para a população negra, portadores de deficiência, indígenas, juventude, mulheres, LGBTQs, assim como em desenvolver programas que abracem segmentos sociais vulneráveis, como moradores de rua, dependentes químicos, entre outros. Neste sentido, a Assistência Social terá sentido diverso: será elemento que atuará como força contratendente ao mercado.

66. Desenvolver uma Política Pública Municipal de Assistência Social valorizando os profissionais da prefeitura e entidades da Sociedade Civil com atuação no setor de forma a dar suporte às populações com vulnerabilidade Social;

67. Desenvolver proposta de ressocialização e tratamento para usuários de drogas, nos moldes já utilizados com sucesso em outras municipalidades;

68. Garantir educação para adolescentes reclusos e detentos, buscando a ressocialização;

69. Garantir o repasse integral para o Fundo Municipal de Cultura, conforme já prevê a legislação fortalecendo e estruturando os órgãos municipais de cultura;

70. Estruturar e fortalecer os órgãos municipais de Cultura;

71. Observar o cumprimento das metas do Plano Municipal de Cultura;

72. Valorizar o Patrimônio Cultural do município;

73. Valorizar as culturas populares e artistas locais por meio de editais específicos

74. Fortalecer os espaços culturais, como o Teatro da Ubro, através de ações articuladas entre o município e espaços culturais estaduais e federais sediados em Florianópolis, tornando a cidade como uma referência cultural no país;

75. Garantir a permanência de programas de apoio a Cultura em Florianópolis, como a Escola Livre de Música, Banda da Lapa, Bois de Mamão, cantorias, olaria, maracatu, músicos locais, entre outros;

76. Desenvolver políticas de conscientização com objetivo de coibir práticas discriminatórias relacionadas a identidade de gênero, sexualidade, etnia, procedência nacional, religião, idade, sexo, deficiência, condição social ou econômica ou quaisquer outras formas de discriminação

77. Incluir temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual contra a mulher e a criança e ao adolescente e suas especificidades em cursos de formação e aperfeiçoamento dos Servidores Públicos municipais, especialmente das áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública;

78. Criar centro de referência e cidadania para LGBTQs e Mulheres, com programas que deem abrigo temporário, suporte jurídico, psicológico e assistencial para pessoas vítimas de violência ou em situação de risco, por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas);

79. Criar editais que promovam projetos e apoio à produção de pesquisa, atividades culturais e recreativas voltadas à temática dos direitos humanos, redução da intolerância étnico-racial, redução da desigualdade e violência de gênero;

80. Criar e implantar sistema integrado entre assistência social e saúde para atendimento a vítimas de violência de gênero, racial, sexual, ou decorrentes de ódio e intolerância;

81. Incentivar e fiscalizar a aplicação da portaria 193 do Ministério da Saúde que prevê salas de amamentação nas empresas, e espaço próprio, adequado para que as mães servidoras públicas possam amamentar seus filhos, conforme a CLT;

82. Dar prioridade às mulheres nos programas de habitação, garantindo a participação das mulheres e seu protagonismo no controle e execução dos projetos de habitação popular

83. Promover campanhas de combate a precarização do trabalho, assédio moral, sexual, a terceirização, trabalho escravo e o turismo sexual;

84. Garantir assistência em saúde a todo o processo transexualizador via SUS, assim como garantir respeito à identidade de gênero e ao uso nome social em todos os cadastros e serviços do serviço público municipal;

Planejamento para o bem viver

Há uma distinção fundamental entre Habitat e Habitar. Se encontramos ainda em Florianópolis uma grande quantidade de famílias que ainda não tem um teto para viver, disponibilizar uma habitação não deve ser apenas uma casa isolada da vida urbana: "habitar" é participar de uma vida social, de uma comunidade, da cidade. A vida urbana detém, entre outras, esse atributo. Ela deixa habitar, permite que os cidadãos convivam. O Direito à Cidade significa o encontro e a reunião daquilo que existe nos arredores, na vizinhança e, por conseguinte a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido das atividades (produtivas e consumidoras), como encontro da obra e do produto. Mas a miséria do habitar não se limita apenas àqueles que estão segregados em favelas ou habitações desprovidas das mínimas condições de habitabilidade. Há aqueles que se auto-segregam, não apenas de outras classes sociais, mas igualmente da vida urbana; para esses, o outro não é mais seu semelhante, mas uma ameaça. O lugar público, a praça, a rua, é o lugar da construção da cidadania, da alteridade. As políticas públicas precisam reforçar a cidade como espaço de convivência dos diferentes, da democracia social, da diversidade de classes. O Direito à cidade configura-se, portanto, em duas dimensões: o Direito à Cidade como um grito a direitos fundamentais (habitação, saneamento, mobilidade, saúde, educação, segurança) e Direito à Cidade como outra maneira de viver a própria cidade, como lugar da sociodiversidade, como lugar do encontro, como lugar da alteridade.

85. Realizar gestão pública dos espaços públicos, do seu planejamento à sua manutenção e reforma, a partir da apropriação e participação comunitária, evitando qualquer tipo de privatização desses espaços;

86. Estudar e viabilizar junto com a comunidade a implantação dos espaços públicos demandados nos processos participativos de debate sobre a cidade;

87. Integrar o planejamento dos espaços públicos da cidade com outros setores da administração como o Turismo, e Educação Municipal, o Esporte, a Saúde e a Segurança Pública;

88. Viabilizar a implantação do Parque Ambiental das Três Pontas e garantir a destinação da Ponta do Coral como área 100% Pública;

89. Priorizar o transporte coletivo com qualidade, conforto, confiabilidade, com acessibilidade e financiado pelo conjunto da sociedade, na busca da implantação da Tarifa Zero;

90. Criar o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana para financiar as iniciativas de melhoria da mobilidade, com recursos como retorno do IPVA, Estacionamento Rotativo, Bolsões de Estacionamento, propaganda em ônibus e pontos de ônibus, entre outros;

91. Criar uma autarquia forte que gerencie e opere o transporte coletivo do município, com controle dos dados, transparência e acesso à informação garantidos à população;

92. Instituir a hierarquia da existência de infraestrutura viária para definir a ocupação territorial;

93. Desenvolver o sistema viário de forma integrada ao planejamento territorial, priorizando o transporte coletivo;

94. Buscar a intermodalidade (ciclovária, marítima, lacustre e rodoviária), priorizando os modais não poluentes e coletivos;

95. Integrar as ciclovias do município em um sistema de rede, facilitando o deslocamento seguro e implantando paraciclos e bicicletários em pontos geradores de demanda;

96. Incentivar o uso da bicicleta para transporte de pequenos volumes a partir de incentivos a “bike-entregas”;

97. Buscar parcerias para a implantação de sistemas de bicicletas públicas;

98. Discutir com a sociedade os benefícios causados pelo escalonamento dos horários de trabalho e escolas visando diluir os picos geradores de viagens coletivos e individuais;

99. Planejar e executar políticas públicas que visem à integração das pessoas com restrição de mobilidade, sob o princípio de acesso universal à cidade;

100. Incluir no currículo da rede municipal de ensino o conteúdo de mobilidade de forma transversal nas disciplinas pertinentes, visando construir um cidadão consciente da importância dos deslocamentos de forma ecologicamente sustentável e coletiva;

101. Integrar e fortalecer o órgão estadual de planejamento da região metropolitana da grande Florianópolis com vistas a garantir a cooperação para a melhoria da mobilidade em todos os municípios;

102. Criar o Conselho Municipal de Mobilidade em substituição ao Conselho Municipal de Transporte, garantindo a participação de representantes de todos os segmentos da sociedade de forma paritária e representativa;

103. Exigir da Concessionária de transporte público coletivo mecanismos de transporte de bicicletas nos ônibus;

104. Dotar a ouvidoria da SMMU de condições de dar atenção especial aos casos de assédio sexual nos serviços de transporte coletivos sofridas por usuárias e operadoras do serviço;

105. Reestruturar a rede de transporte coletivo do município a partir da definição do novo plano diretor;

106. Reestabelecer a capacidade planejadora da prefeitura, por meio de condições institucionais promotoras de participação popular na definição das Políticas Públicas Urbanas e da valorização do órgão de Planejamento Municipal;

107. Reforçar as condições institucionais do IPUF, de seu quadro técnico e de uma cultura de diálogo do conhecimento técnico como os habitantes dos diversos territórios que compõem o município;

108. Desenvolver ações de controle sobre a ocupação dos espaços preservados e de políticas públicas de conscientização da preservação desses espaços;

109. Articular o desenvolvimento urbano com a capacidade de suporte ambiental e social do território, privilegiando espaços públicos, mobilidade não motorizada e modais coletivos de transporte;

110. Planejar e buscar a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento dos resíduos sólidos e a gestão da drenagem urbana.

111. Reforçar a capacidade de planejamento e gerenciamento da PMF de forma a melhor fiscalizar a empresa concessionária de Saneamento (CASAN) reafirmando o papel do município de protagonista da política de Saneamento de

Programa de Governo | Coligação **VivaCidade** | PSOL, PV e Rede
seu território e dando principal atenção ao cronograma das metas do Plano
Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município;

112. Articular-se com os municípios da Região Metropolitana de Florianópolis com vistas à implementação das políticas públicas metropolitanas de saneamento, tanto para esgotamento sanitário, quanto para resíduos sólidos;

113. Estudar, junto a concessionária de saneamento, soluções descentralizadas de esgotamento sanitário de forma a evitar concentração em grandes equipamentos;

114. Reforçar o papel do Conselho Municipal de Saneamento Básico como elemento central na definição das políticas de saneamento ambiental;

115. Reestruturar e fortalecer a Comcap, conforme previsto no Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município, reforçando seu caráter público.